

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS¹

Cintia da Luz Santos *

Leane Carvalho Ferreira **

Erivânia Menezes Dutra ***

Valdirene Pereira da Conceição ****

Resumo

Abordagem sobre o Patrimônio histórico documental de São Luís. Trata-se de um estudo exploratório de natureza analítico-descritiva que tem como objetivo identificar e analisar o patrimônio documental do centro histórico da capital maranhense com vistas à elaboração de um inventário. Apresenta-se os fundamentos do patrimônio cultural, evidenciando a genealogia, o poder simbólico, o uso e a importância para a população ludovicense. Traça-se um panorama do acervo documental do centro histórico, refletindo-se e analisando-se sobre o atual estado de conservação e preservação, bem como a tipologia e o uso desse bem cultural.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Patrimônio documental de São Luís. Inventário do Patrimônio documental de São Luís.

¹ Comunicação oral apresentada ao GT 02 (Memória e Patrimônio Cultural).

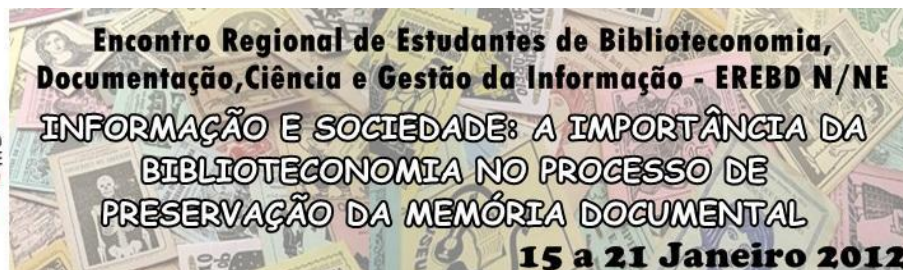
*Universidade Federal do Maranhão. Graduando em Biblioteconomia. Email. Cintia_fia@hotmail.com

** Universidade Federal do Maranhão. Graduanda em Biblioteconomia. Email. erivaniamenezes@hotmail.com

*** Universidade Federal do Maranhão. Graduanda em Biblioteconomia. Email. leanecferreira@hotmail.com

**** Universidade Federal do Maranhão. Professora Dr. do Curso de Biblioteconomia. Email.

cvaldirene@bol.com.br



1 INTRODUÇÃO

O aumento exponencial do reconhecimento e do uso da informação como recursos estratégicos de desenvolvimento nas mais diferentes áreas da produção humana (prestação de serviços, pesquisas científico-tecnológicas, desenvolvimento econômico e social) é, de fato, inegável. A informação vem se firmando cada vez mais como uma ferramenta que traz agregada a si valores e conceitos tão caros à nossa sociedade, tais como: agilidade, atualização, disponibilidade, dentre outros, colocando-se, definitivamente, numa posição privilegiada nas relações sociais.

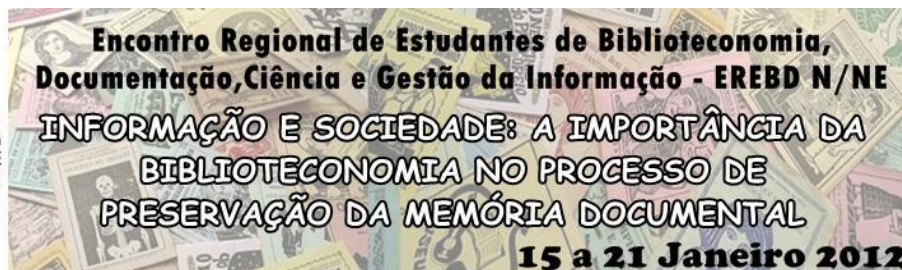
É fato que na atual conjuntura, não se discute mais a valorização da informação, e sim a legalidade dos diversos suportes onde urge um olhar acerca da importância da existência dos meios de preservação e divulgação de informações, de valor histórico - que assumem grande responsabilidade na fortificação e transmissão da cultura de um povo (CONCEIÇÃO, 2011).

Essa concepção acerca da manutenção, preservação e transmissão da cultura, como elemento de afirmação e autenticidade de um povo, exige atenção e ações que venham a perpetuar estes acervos, ou seja, o patrimônio documental, sejam eles acervos museológicos; arquivísticos; bibliográficos; videográficos; fotográficos ou cinematográficos.

Diante desse quadro, instituições como Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação, Museus e as demais instituições culturais vêm-se desafiadas, agora, mais do que nunca, a preservarem e disponibilizarem para o usuário, de forma eficiente e atualizada, um volume muito maior de informações de naturezas diversas, difundindo o conhecimento sobre os bens culturais materiais ou imateriais de uma sociedade.

O patrimônio documental é um bem da humanidade e precisa ser conhecido e protegido de geração a geração. Por meio desse bem cultural, é possível conhecer, compreender e valorizar a nossa história, a nossa memória e todos aqueles que ajudaram – e ainda ajudam – a construir essa história.

Assim, considerando o fato de o Centro Histórico de São Luís dispor de vários bens culturais, tanto de natureza materiais como imateriais, com histórico e potencial de registro, tombamento e elevação à condição de patrimônio, quer nacional ou mundial, é que esta pesquisa propõe-se a identificar e analisar o patrimônio documental abrigado nas diversas instituições culturais do Centro Histórico da capital maranhense.



O estudo, ora em tela, aborda um dos diversos vieses existentes na pesquisa intitulada *Ancoragem Ontológica do Léxico do Patrimônio Cultural de São Luís*, coordenada pela Prof^ª. Dra. Valdirene Pereira da Conceição, do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, cujo objetivo geral é elaborar um modelo ontológico de representação de conteúdos do Domínio Conceitual “Patrimônio Cultural de São Luís do Maranhão”, com vistas a aplicações relacionadas ao gerenciamento de informações e de documentos nesse domínio (CONCEIÇÃO, 2011, p. 20).

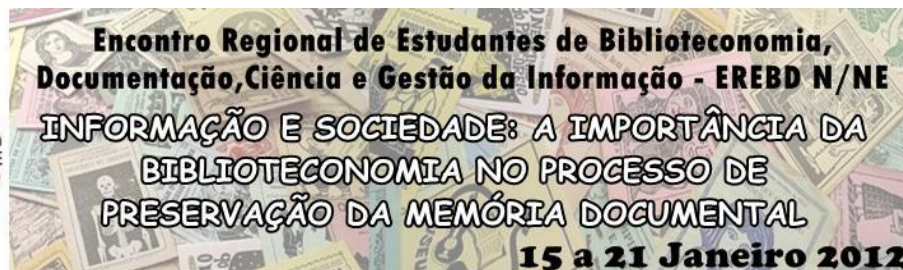
Centrando-se, justamente, na identificação, documentação, registro e promoção do (re) conhecimento tanto pelas instituições culturais quanto pelo público em geral, de um conjunto de bens culturais de natureza material móveis exemplares do patrimônio cultural e identitários de São Luís, a etapa de elaboração do inventário é tida como essencial para garantir a coerência do processo de identificação das fontes que constituirão o *corpus da* pesquisa bem como no gerenciamento da informação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A unidade simbólica, ou seja, o signo linguístico "patrimônio", origina-se etimologicamente do latim *patrimonium* e, conforme resume o verbete do dicionário Aurélio (FERREIRA, 2004), possui uma gama de significados relacionados:

- a) herança paterna;
- b) bens de família;
- c) dote dos ordinandos;
- d) bem, ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, região, país, ou para a humanidade, e que, ao se tornar (em) protegido(s), como, p. ex., pelo tombamento, deve (m) ser preservado (s) para o usufruto de todos os cidadãos;

Assim, o universo dos patrimônios históricos e artísticos nacionais se caracteriza pela heterogeneidade dos bens que o integram – igrejas, fontes, palácios, paisagens, lendas, equipamentos industriais, festas populares, fazeres e saberes, que dependem das concepções de patrimônio e de cultura adotadas. O conceito de Patrimônio Cultural para Conceição (2011 p. 28) “[...] inclui conceitos como os de bens culturais, de natureza material e imaterial, que



apresenta referência à memória e à identidade dos diferentes elementos naturais e étnicos formadores de uma sociedade”.

Esses bens assumem, portanto, um valor simbólico para a sociedade, pois criam todo um universo de significações. Como signos, eles pertencem a diferentes sistemas semióticos: arquitetura, música, etnografia, dentre outros.

Na função de código, cada um desses sistemas tem seu modo próprio de funcionamento, ou seja, a sua especificidade. Além disso, desempenham funções diferenciadas na vida econômica e social, conforme observa Fonseca (1997, p. 37):

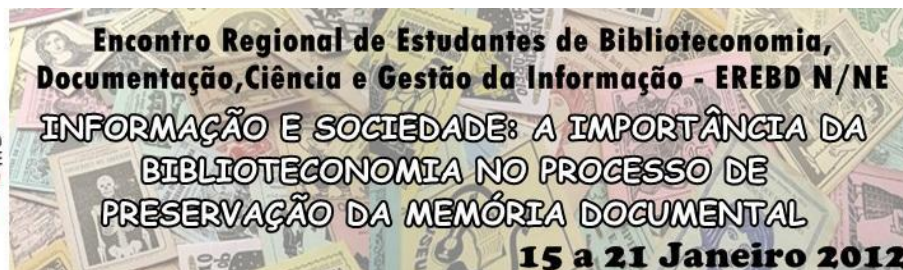
O que denominamos de patrimônio constitui um discurso de segundo grau: às funções e significados de determinados bens é acrescentado um valor específico enquanto patrimônio [...] o processo de seleção desses bens é conduzido por agentes autorizados- agentes do Estado com atribuições definidas- e dentro de cada categoria fixa *a priori* definida, relacionada a determinadas disciplinas (arte, história, arqueologia, etnografia, etc.)

Os “signos” referidos funcionam antes como símbolos, no sentido saussuriano do termo. Para Saussure (1969, p. 101), o símbolo nunca é inteiramente arbitrário, ele é não é absolutamente vazio, como o signo lingüístico, pois é construído com base em uma motivação cultural. O símbolo da justiça, por exemplo, não poderia ser uma carruagem.

Dessa forma, os bens patrimoniais funcionam como repertórios de uma sociedade em um dado momento histórico. Na concepção de Eco (1987, p. 40), “[...] um repertório prevê uma lista de símbolos, e eventualmente fixa a equivalência entre eles e determinados significados”.

Ao se atribuir a um bem o atributo cultural, ao lado de seu valor utilitário e econômico (valor de uso, aspecto de habitação, local e culto, ornamento e valor de troca, determinado pelo mercado), enfatiza-se seu valor simbólico, como referência a significações da ordem da cultura. No processo de seleção, de uso e de agenciamento por uma instituição estatal, são apreendidas referências ao modo e às condições de produção desses bens, a um tempo, a um espaço, a uma organização social, a sistemas simbólicos.

Para que um determinado bem funcione como patrimônio é preciso que conote determinadas significações e que o interlocutor do processo tenha condições de participar do



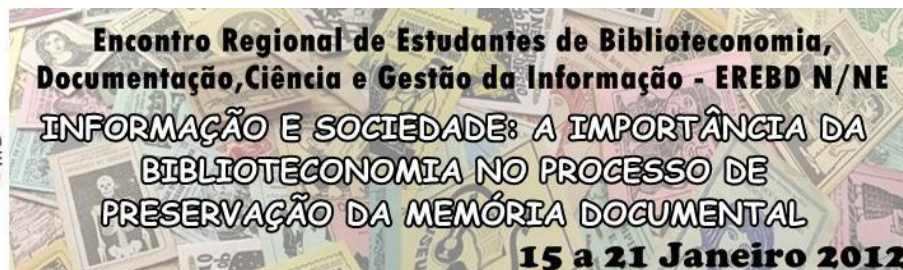
jogo de interpretação, não só na medida em que possui algum domínio dos códigos utilizados – diferentes linguagens – como também que tenha acesso a um determinado universo cultural.

Não basta, apenas, selecionar e proteger criteriosamente um conjunto de bens é preciso que haja sujeitos dispostos e capazes de funcionar como interlocutores desse processo – ou seja, desse veículo de comunicação social que é o patrimônio- seja no sentido de aceitá-lo, contestá-lo, ou preservá-lo. (CONCEIÇÃO, 2001, p.57).

Nesse contexto, os bens patrimoniais pressupõem as condições de acesso a significações e valores que justifiquem sua preservação. Depende, portanto, como assinala Coelho (2003, p. 35), de outros fatores “[...] além da mera presença, num espaço público, de bens a que agentes estatais atribuíram valor histórico, artístico, etc., devidamente protegidos em sua feição material”. Um aspecto da questão do patrimônio que deve ser levado em consideração, diz respeito à significação dos bens do ponto de vista de sua recepção, tanto no que diz respeito à afirmação do valor nacional dos bens tombados – tônica do discurso oficial – como à forma como são selecionados esses bens. Essa questão é particularmente importante no Brasil, sobretudo em São Luís, onde a diversidade cultural é imensa, e a escola – desprovida de recursos e sem condições – cumpre, muito precariamente e de forma limitada, uma de suas funções primordiais que é a de formar cidadãos com uma base cultural comum. Infelizmente, uma instituição em que o consumo de bens culturais é incrivelmente restrito. (CONCEIÇÃO, 2001, p.50).

Hoje, como lembra Rodrigues (1987, p. 193), “[...] essa função encontra-se disseminada por uma multiplicidade de instâncias, das quais se sobressai a instância massmediática subordinada ao *campo dos media*”. É esse campo que exerce, de certa forma, uma função homogeneizadora do gosto pelos padrões culturais, ignorando as diferenças em nome da promoção de uma cultura média, acessível ao maior número de pessoas, ou seja, a “cultura de massa”. É a mídia, sem dúvida, que converte a cultura em informação, após ter sido cuidadosamente convertida, pelo campo econômico, em mercadoria.

As políticas de preservação devem considerar essa realidade, pois, caso contrário, estarão fadadas a cair no vazio, pelo fato de que esses bens serão tanto mais nacionais quanto maior for o número de pessoas que os reconheçam, os identifiquem como patrimônio e entendam as significações e valores que os agentes autorizados lhe atribuíram enquanto patrimônio. Sobre isso, são pertinentes as palavras de Fonseca (1997, p. 40):



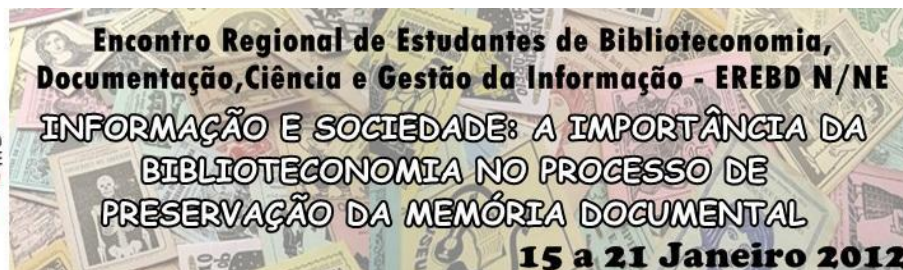
[...] por mais regulamentado e controlado que pretenda ser o processo de construção dos patrimônios, e por mais fixos que possam parecer os efeitos de um tombamento, tanto materiais como simbólicos, a recepção dos bens tombados tem uma dinâmica própria em dois sentidos: primeiro, no da mutabilidade de significações e valores atribuídos a um mesmo bem em diferentes momentos históricos; [...] segundo, no da multiplicidade de significações e de valores atribuídos em um mesmo momento e um mesmo contexto, a um mesmo bem por grupos econômicos, social e culturalmente diferenciados.

A democratização da apropriação desses bens, entretanto, não deve ser entendida somente como mera difusão das significações produzidas pelos agentes institucionais, mas como algo que leve em conta a complexidade do processo de recepção dos bens simbólicos, ou seja, que considere o acesso, os usos diferenciados. Em suma, a apropriação diferenciada pelos grupos sociais, deve ser pensada mesmo em situação de desigualdade econômica e social.

Patrimônio documental é um conjunto de documentos que tem como finalidade preservar o valor histórico, que lhe foi atribuído quando este já ultrapassou sua função primeira que em sua maioria é administrativa. Este enfoque é anterior à Segunda Guerra Mundial quando começaram a aparecer às primeiras preocupações com uma nova concepção arquivística, ficando de lado este enfoque exclusivamente histórico, que deu lugar a outros aspectos relevantes como a racionalização da informação, a influência administrativa e a finalidade prática na tomada de decisões (MORAIS, 2005, p. 20)

As rápidas mudanças nas áreas científicas, tecnológica, política e social observadas a partir do século XIX nos deixam claro um aumento substancial na complexidade dos documentos, a informação constituiu-se então como o principal elemento a ser considerado no desenvolvimento de qualquer atividade humana. Outro fator significativo é a diversidade de suportes, formatos e tipos de materiais informacionais que surgem a todo momento ocasionando o que se convencionou chamar de explosão documental.

Foi essa explosão que veio reafirmar a importância dos centros de documentação, arquivos, museus e bibliotecas como instituições responsáveis pela guarda da informação, neste sentido “não devem ser confundidos nem quanto à documentação que guardam nem quanto ao trabalho técnico que desenvolvem no sentido da organização de seus acervos e no da transferência e disseminação da informação” (BELOTO apud MORAIS, 2005, p. 22).



É de bom senso que as instituições culturais bem como a sociedade de modo geral se dediquem a preservar a história, a memória e a identidade da humanidade, pois é certo que o tempo opera mais a favor do esquecimento do que da lembrança, revelando-se no abandono, na descaracterização, na perda ou mesmo no descaso com documentos, obras de arte, lendas, cultura popular, folclore e outros bens culturais. Assim, é necessário conservar os vários registros da vida de uma população para entender seu modo de viver, pensar, crer e produzir numa determinada época e lugar, sejam eles, escritos, sonoros, visuais e / ou gráficos, eletrônicos e tridimensionais.

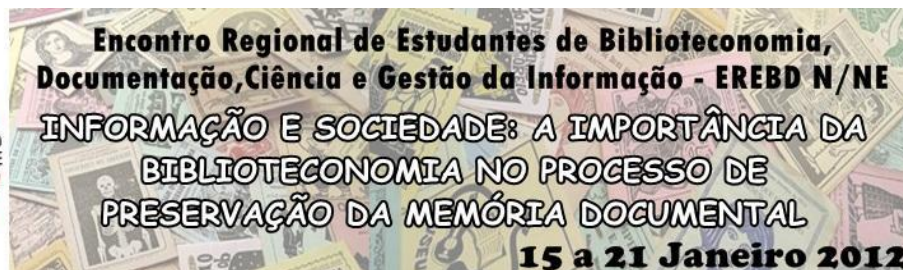
O patrimônio documental é um dos bens culturais que mais sofre a ação do tempo e, em muitos casos, não lhes são destinadas políticas públicas de preservação e conservação. Isso ocorre geralmente, pela falta de pessoal qualificado para tais atividades dentro das instituições de salvaguarda desses bens culturais e, conseqüentemente pela falta de uma do Ministério da Cultura.

Em linhas gerais, a gestão documental abrange o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, classificação, uso, avaliação e arquivamento de documentos de arquivo em fase corrente e intermediária, visando à eliminação ou ao recolhimento para a guarda permanente, conforme a Portaria nº 60, que estabelece a Política de Gestão Documental do Ministério da Cultura, tendo em vista o seu valor de prova, informação e apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico. (MINC,2011).

O Centro Histórico de São Luís é um dos monumentos históricos-culturais do Brasil, incluído na seleta lista do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

O título de Patrimônio da Humanidade foi conferido a São Luís no dia 04 de dezembro de 1997, na XXI Reunião do Comitê de Patrimônio daquela instituição, realizada em Nápoles, Itália. Na oportunidade, reuniram-se representantes de 21 países e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos (ICOMOS), tendo este último atestado:

O Centro Histórico de São Luís do Maranhão é um exemplo excepcional de cidade colonial portuguesa adaptada com sucesso às condições climáticas da América do Sul equatorial e que tem conservado dentro de notáveis proporções o tecido urbano harmoniosamente integrado ao ambiente que o cerca. (O ESTADO DO MARANHÃO, 1997, p. 6).



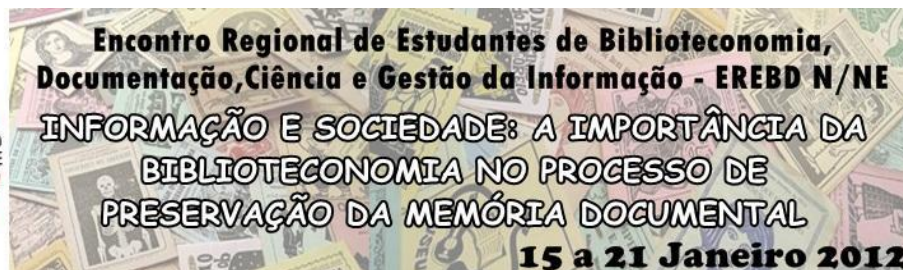
De acordo com a UNESCO (1998), foram três os quesitos técnicos que fizeram de São Luís Patrimônio Mundial:

- a) testemunho excepcional de tradição cultural – esse item se refere à grande preservação dos casarões coloniais no centro histórico da capital maranhense, revestidos com azulejos seculares ou as sacadas e balcões rendilhados em ferro batido, retrato preservado da presença portuguesa no século XVIII e início do XIX;
- b) conjunto arquitetônico e paisagem urbana, que ilustra um momento significativo da história da humanidade – o centro histórico de São Luís é considerado a maior área de arquitetura colonial portuguesa da América Latina;
- c) exemplo importante de um assentamento humano tradicional, que é também representativo de uma época – a ausência de modificações ao longo do tempo na área central da cidade preservou um conjunto muito homogêneo, apesar da grande extensão.

Outro aspecto importante no critério de avaliação da UNESCO é o fato de os bens serem patrimônio federal. Em 1940 houve um primeiro tombamento federal em São Luís, na Capela da Quinta das Laranjeiras, situada próximo ao Colégio Maristas. Em 1955 houve o primeiro tombamento de conjuntos urbanos: no Largo do Desterro, Praças Gonçalves Dias, João Lisboa e Benedito Leite. (CONCEIÇÃO, 2001, p. 96).

A área tombada pela UNESCO compreende 60 hectares, situa-se na porção oeste do patrimônio formado pela confluência dos rios Bacanga e Anil, sendo limitado pelo Anel Viário, abrangendo toda a Praia Grande, atinge o Palácio dos Leões à Praça Deodoro/Canto da Fabril (sentido oeste-leste) e se alonga da Praça Gonçalves Dias ao bairro da Madre Deus/São Pantaleão (sentido norte-sul).

Não obstante a clareza das considerações acima, convém ressaltar que, entre 1997 e 1999, a 3ª Superintendência Regional do IPHAN executou o Projeto de Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados no Maranhão (INBMI-MA), no qual foram registradas 3.014 peças de valor histórico e artístico, pertencentes a 109 monumentos, localizados em 45 municípios maranhenses, ou seja, a riqueza do patrimônio cultural não se limita apenas ao centro histórico da capital. O projeto consistiu em: identificação, registro fotográfico e descrição de cada bem; análises estilísticas e iconográficas, levantamento bibliográfico, busca de documentos, transcrição e elaboração de textos históricos referentes aos monumentos e



bens. O INBMI-MA abrange diversos gêneros de bens integrados relativos tanto à parte arquitetônica, quanto aos bens móveis propriamente ditos, como mobiliário, ourivesaria e, principalmente, a imaginária sacra (IPHAN, 2004).

O título definitivamente, significa para São Luís o reconhecimento do patrimônio cultural que a cidade representa, por parte de órgão que lida com o patrimônio em nível global. Eleva e engrandece a cidade perante a humanidade, pois terá agora um reconhecido valor histórico, artístico e cultural, passando a fazer parte da memória mundial.

Dentre as inúmeras marcas que demarcam a identidade mais consistente e universal de São Luís, por meio da qual é reconhecida dentro e fora do país sobressai-se a de Atenas Brasileira (reduto das letras, berço de inteligências), título que foi cunhado quando um valoroso grupo de intelectuais a exemplo de João Lisboa, Gonçalves Dias e outros ocupavam postos singulares na vida cultural da Corte Imperial e da Província conforme destaca Conceição (2001, p. 35).

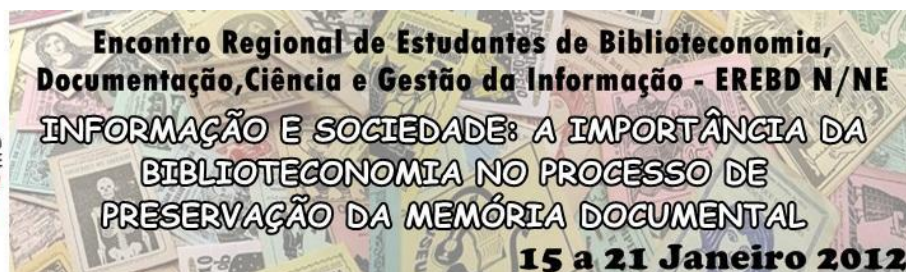
Segundo Botelho (2007, p. 145), essa alcunha:

Refere-se ao tempo em que as famílias abastadas enviavam seus filhos para estudar na Europa, em grandes centros como Paris, Lisboa e Coimbra ou mesmo em outras províncias como Pernambuco e formavam uma elite regional, cujos hábitos e costumes europeizados, representavam um mecanismo de distinção social. Estes “doutores” formavam-se principalmente em Direito, Letras, Medicina e Matemática. [...] O Maranhão do século XIX, seria uma “terra de intelectuais” de bacharéis e doutores, onde um grande número de escritores nativos contribuíram para a formação de escolas literárias e de avançados estudos sobre os diversos ramos da ciência, incluindo as letras e o gênero humano.

Essa época contribuiu principalmente para enriquecer o acervo documental de São Luís, em virtude do legado literário, cultural e humano herdado por nós. É bem verdade que ainda hoje São Luís continua gerando novos talentos literários, o que de certa forma, contribui para justificar e manter esse patamar de intelectualidade da cidade.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza teórico-exploratória (identificação do patrimônio documental do Centro Histórico de São Luís) e aplicada (proposição do inventário desse domínio) cujo percurso metodológico norteia-se pelo clássico procedimento de pesquisa



bibliográfica e documental acerca dos eixos temáticos constituintes do estudo, ou seja, do patrimônio documental e patrimônio cultural que requer a junção de competências dos estudos da Biblioteconomia/Documentação e da Cultura/ Patrimônio Cultural.

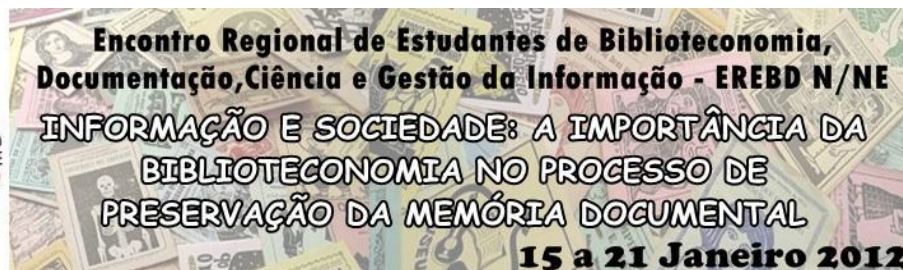
A investigação e reunião (coleta) de informações sobre a tipologia e gestão documental assim como patrimônio cultural e documental, pauta-se em textos da literatura especializada tendo, como principais fontes para esse mapeamento, **livros** (BOGEA; BRITO; PESTANA, 2005; IPHAN, 1970, 1998; MARTINS, 2006; RODRIGUES, 1987; RODRIGUES, 1985; SIMÃO, 2006; UNESCO, 2002), **folhetos** (BOGEA; BRITO; PESTANA, 2005; IPHAN, 1970; 1998) **documentos oficiais** (BRASIL, 1988; BRASIL, 1937), **tesauro do folclore** (IPHAN, 2007). A seleção desse tipo de fonte justifica-se pelo o fato de que tais fontes têm como base a legislação vigente e o conhecimento do processo evolutivo do conceito PATRIMÔNIO CULTURAL e DOCUMENTAL (CONCEIÇÃO, 2011, p.26).

Embora o Inventário limite-se, por ora, no mapeamento das instituições de guarda, proteção e difusão do patrimônio documental do cenário de pesquisa, ainda que de forma bastante preliminar, são retratados os livros do Senado da Câmara Municipal de São Luís. Por meio de observação e de entrevistas com o gestor do Projeto Reviver visando ao pré- teste do Formulário de Identificação da Tipologia Documental, foram identificados 166 livros que tratam do processo histórico de formação da cidade de São Luís.

Algumas fichas e formulários estão em processo de análise (inclusão de novos itens sobre o estado de preservação do acervo) em virtude da diversidade documental, após o que será encerrada a segunda etapa da pesquisa, na esperança de traçar um panorama do patrimônio documental de São Luís.

O Centro Histórico de São Luís é um espaço de memória nacional, e também um espaço de conservação do Patrimônio Cultural da Humanidade, que dispõe de um universo rico e pungente de instituições que abrigam o patrimônio documental, intelectual e artístico da capital maranhense, estas por sua vez não só abrigam, mas também são responsáveis pela sua conservação e disponibilização.

As belíssimas casas, casarões e sobrados com mirantes, são uns dos muitos exemplares da arquitetura colonial portuguesa do século XIX, existentes em São Luís que desde suas



construções, tiveram várias serventias: residências, república estudantil, comércio dentre outras. Hoje estas instituições, reúnem acervos do século XVIII até a atualidade, de valor histórico como fonte de informação e pesquisa, tanto para uso da máquina administrativa do Estado como para pesquisadores.

Assim, conforme aludiu-se anteriormente, a pesquisa tem como objetivo a construção de um inventário do patrimônio documental do Centro Histórico da capital maranhense por meio de um mapeamento das principais instituições que o compõem, com destaque para:

- **Palácio dos Leões** (sede do governo do estado): tem a sua origem vinculada a fundação da França Equinocial em 1612, quando surgiu o forte São Luís. Possui um importante acervo administrativo;
- **Museu de Artes Visuais:** Concentra obras de autores maranhenses. No seu acervo destacam-se artes em fotografia, azulejaria e outras obras artísticas.
- **Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho:** Localizada no Centro Histórico de São Luís, mantém um rico acervo em peças variadas de manifestações culturais do Maranhão.
- **Convento das Mêrces:** É uma das mais belas construções religiosas do Maranhão. Foi construído em 1654 pelos religiosos mercedários, sendo inaugurado pelo padre Antônio Vieira. No local hoje funciona a Fundação da Memória Republicana.
- **Museu de Artes Sacras:** anexo ao Museu histórico, seu acervo, que pertence em parte à Arquidiocese de São Luís, é composto por peças do século XVIII e XIX nos estilos maneirista, rococó, barroco e neoclássico.
- **Museu Histórico e artístico do Maranhão:** instalado num típico casarão neoclássico do século XIX, também denominado de Solar Gomes de Sousa, foi inaugurado em 1973.
- **Arquivo Público do Estado do Maranhão:** localizado na Rua de Nazaré, é a instituição mais importante no que diz respeito a acervo histórico de todo o Estado.
- **Câmara Municipal de São Luís:** Abriga livros que tem o registro das atividades realizadas por ela.



Entre tais instituições, o relevo é para o Senado da Câmara Municipal de São Luís, apontando a composição do seu acervo bem como para a trajetória dos Livros da Câmara, por tratarem do processo histórico de formação da cidade de São Luís, revelando aspectos como posturas sociais da época, normas de construções e outros assuntos da vida cotidiana e sua organização social, política e econômica, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX.

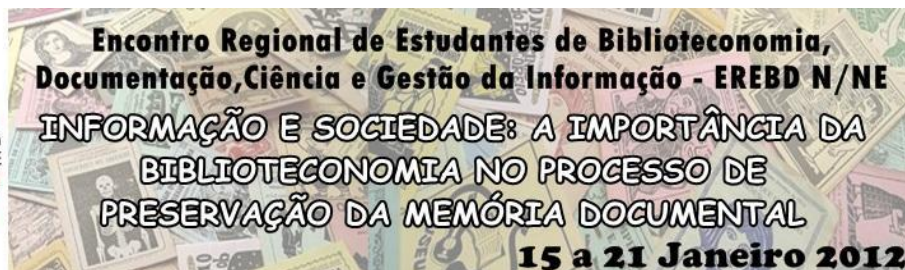
A instituição tem sob sua guarda mais de 1,5 km de documentos textual (manuscritos, datilografados e impressos) do período acima citado. Reúnem em seus acervos os seguintes livros, conforme exposto na tabela abaixo:

DENOMINAÇÃO	TEMPO COBERTO	ASSUNTO
Livro dos acórdãos	1646 a 1828	Política indigenista, urbanização, religião, eleições entre outros.
Livro de Registro Geral	1689 a 1890	Editais, requerimentos, ofícios e posturas que foram emitidos pela Câmara.
Livro de Registro Ofícios e Portarias e da Câmara	1822 a 1830	Urbanização, cobranças, saúde, escravidão e outros.
Livro de registro de ofícios, leis, decretos, postura e correspondência do Presidente da Província	1832 a 1833	Documentos supracitados emitidos pelo Presidente da Província. Livro de
Livro de Registro de ofícios do Governo	1829 a _	Ofícios remetidos do Governo para Câmara.
Livro de Receitas e despesas	1689 a 1881	Trata das receitas e despesas referentes à Câmara
Livro copiador de cartas	1689 a 1720	Trata das cartas enviadas pela Câmara que tratam de ofícios, entre outros.
Livro de registro de cartas	1728 a 1803	Trata de cartas recebidas pelo Senado da Câmara de São Luís que tratam tratados e ofícios.
Livro de capítulo de correição	1744 a 1829	Trata das correições realizadas pela Câmara.
Livro de registro da Câmara	1753 a 1759	Documentos referentes ao funcionamento da Câmara.
Livro de registro de requerimento	1759 a 1782	Trata de requerimentos recebidos pela Câmara.
Livro de registro de edital	1774 a 1775	Trata de editais emitidos pela



**Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia,
Documentação, Ciência e Gestão da Informação - EREBD N/NE**
**INFORMAÇÃO E SOCIEDADE: A IMPORTÂNCIA DA
BIBLIOTECONOMIA NO PROCESSO DE
PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL**
15 a 21 Janeiro 2012

		Câmara.
Livro de registro e alvará	1798 a 1811	Trata de alvarás régios.
Livro de finanças	1725 a 1883	Trata das finanças da Câmara.
Livro de registro de terreiro	1820 a 1829	Trata de mercados.
Livro de registro de leis e decretos de Portugal	1802 a 1822	Trata das determinações régios referentes a província do Maranhão.
Livro de registro de saída de Mercadorias	1822 a 1824	Trata das saídas de mercadorias de São Luís.
Livro de vereação da Câmara de Vinhais	1824 a 1829	Trata dos termos das vereações realizadas pela Câmara da vila de Vinhais.
Livro de registro de entrada de imigrante	1831 a 1853	Trata dos nomes, naturalidade e data de entrada de todos os estrangeiros que entraram no Maranhão nesta data.
Livro de registro de termo de juramento	1847 a 1872	Trata de termos de posse dos funcionários da Câmara neste período.
Livro de postura da Câmara	1866 a 1892	Trata das posturas que deveriam regular o cotidiano da cidade de São Luís.
Livro de registro de correspondência da Câmara	1696 a 1881	Trata das correspondências recebidas pela Câmara.
Livro de créditos	1870 a 1884	Trata das finanças da Câmara.
Livro de registro de Pessoal	1762 a 1877	Trata dos funcionários existentes na Câmara.
Livro de termos de contratos	1888 a 1957	Trata de todos os contratos referentes a Câmara.
Livro copiador de ofícios	1891 a 1896	Trata de ofícios recebidos pela Câmara.
Livro de termo de compromisso	1893 a 1929	Trata dos termos de compromisso dos funcionários da Câmara neste período.
Livro de conferências de contas e décimas urbanas e caixas	1898 a 1927	Trata de documentos onde estão registrados as casas, lojas e comércios referentes aos moradores e respectivos valores.
Livro de registro de títulos	1924 a 1927	Trata das nomeações dos funcionários da Câmara.
Livro de termo de aforamento	1718 a 1746	Trata das concessões de terras aos moradores da Província.
Livro de lista da companhia da nobreza	1689 a 1710	Trata dos nomes dos alferes, soldados que pertenciam à



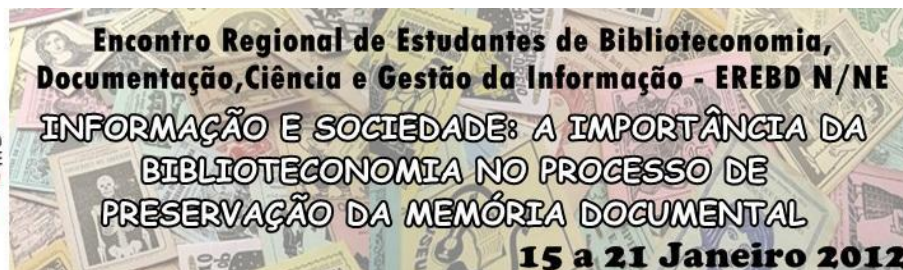
		companhia.
Livro de termo de posse	1831 a 1835	Trata dos atos de posse dos presidentes, vereadores, deputados e funcionários da Câmara.
Livro de registro de atas das sessões da Câmara	1836 a 1850	Trata das pautas das vereações.
Livro de registro de pagamento	1889 a _	Trata dos registros da folha de pagamento dos funcionários da Câmara de São Luís.
Livro de protocolo	1935 a _	Trata dos registros de entrada e saída de documentos da Prefeitura Municipal de São Luís.
Livro de registro de vendas de áreas de bois abatidos	1804 a 1809	Trata do registro do número de vendas de bois abatidos pelo açougue.
Livro de registro de diversos contratos	1847 a _	Trata de contratos de vendas, aluguel, barracas do comércio.
Livro de registro de decretos, comunicados, circulares e correspondências da Presidência da Província à Câmara	1844 a 1850	Trata de registro de mandado da Presidência da Província à Câmara para as providências cabíveis na Província.

Os livros que constituem o acervo da Câmara Municipal compõem o que podemos chamar de uma reunião de diversos documentos com uma gama informacional muito rica e variada, são, portanto uma importante fonte para pesquisa de nossa história além de um importante conjunto do patrimônio documental de São Luís.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo este um estudo preliminar, cabe esboçar, aqui, mais uma análise das perspectivas abertas com a elaboração deste Inventário do Patrimônio Documental do Centro Histórico de São Luís do que considerações acerca do que vem sendo produzido. Nesta direção, a ênfase deve estar no caráter continuamente inacabado deste estudo, que precisa hoje e sempre de atualização e complementação.

No entanto, pode-se dizer que uma das mais importantes tarefas do homem, tem sido a conservação de documentos, que nos dão testemunho do seu desenvolvimento intelectual e

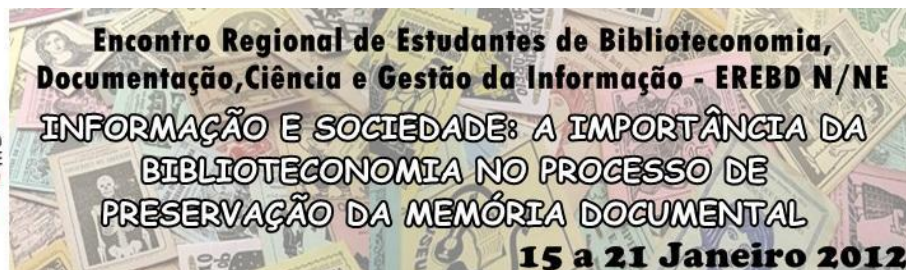


comprovação dos fatos. Pode-se dizer também do ganho significativo em termos de qualidade da informação sistematizada (ainda que de forma preliminar) sobre o Patrimônio Documental do Centro Histórico de São Luís, no que se refere a constatação do valor cultural e informacional dos Livros do Senado da Câmara Municipal de São Luís para pesquisa sobre a nossa história.

As características culturais de valor permanente dos livros e documentos determinam a necessidade de sua conservação e, igualmente, da difusão informativa de seu conteúdo. Aos arquivistas e aos bibliotecários cabem a responsabilidade no estabelecimento de critérios e metodologias para tal fim.

REFERÊNCIAS

- BOGÉA, Kátia S.; BRITO, Stella R. S.; PESTANA, Raphael G. **Centro histórico de São Luís: patrimônio mundial**. São Luís: IPHAN, 2005.
- BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Fort Gráfica, 2007.
- CONCEIÇÃO, V.P. da. **Cidade-patrimônio: verso e reverso - estudo da enunciação dos jornais O Estado do Maranhão e O Imparcial sobre a elevação de São Luís à patrimônio da Humanidade**. 2001, 152 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- MARTINS, Ananias. **São Luís: fundamentos do patrimônio cultural**. São Luís: Fort Gráfica, 2000.
- MORAIS, Cristina do Carmo. 2005. Trabalho apresentado ao curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.
- SILVA, Cleudecy C. da. **Nos labirintos do patrimônio: representações sobre o bairro do Desterro**. 2005. 196f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2005.
- SIMÃO, Cristina. **Preservação do patrimônio cultural em núcleos históricos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- _____. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Mares de. **Bens culturais e proteção jurídica**. Porto Alegre: UE, 1997.



UNESCO. **Requisitos técnicos para caracterização de patrimônio da humanidade.** [S. l.]: Unesco, 1998.

_____. **Word Heritage's Convention:** beddings for the cultural management in significant Brazilian cities for humanity. Paris: [s. n.], 1972.

VIVA educação. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2011. (Caderno de Cultura do Maranhão).

_____. **Desterro meu bairro, meu patrimônio.** São Luís: Liceu, 2007.